

Do polimorfismo perverso ao sujeito da ética¹

Silvia Bleichmar

Tradução: Maria Cristina Perdomo
e Rogéria Brandani

A menina de três anos entrou com sua mãe no táxi e, com determinação, iniciando a conversa, informou ao motorista: “Acabei de comprar um biquíni preto, vou à piscina com Xavier”. O homem, amavelmente disposto ao diálogo, respondeu: “Xavier é teu namorado?” “Não, é meu namorado”, respondeu a mulher com um sorriso entre resignado e cúmplice. “Essa menina tem um Édipo mal resolvido”, afirmou, então, o motorista com tom decidido, demonstrando que o conhecimento básico da psicanálise não é apenas questão de especialistas, e que após um século de *Três Ensaíos* não é de bom gosto que os psicanalistas afirmem, com tom solene, o que os leigos dizem de maneira descontraída.

A descoberta central da sexualidade infantil, que no início do século XX convulsionou a sociedade austríaca, não causa hoje grandes comoções na maioria da humanidade. Mais precisamente, a questão se deslocou sobre seu próprio eixo: o que fazer, como regular, de que maneira recompor as formas de uma sexualidade que aparece como caótica, o gozo oferecido como substituto diante da ausência de felicidade que se manifesta, cada vez de maneira mais aguda, na cotidianidade de milhões de seres humanos que se vêm hoje carentes de projeto e de esperanças,

¹ Publicado na Revista Actualidad Psicológica. Ano XXX, nº 335, Buenos Aires, outubro de 2005.

quando modos brutais de expropriação da subjetividade os condenam, quando não à miséria econômica, infalivelmente à miséria moral.

Conhecemos a afirmação de Freud em *Três ensaios*:

É instrutivo que a criança, sob a influência da sedução, possa se tornar polimorficamente perversa, ser induzida a todas as extensões possíveis. Isso mostra que ela é constitucionalmente apta para isso; a realização encontra poucas resistências, porque as barragens psíquicas para extensões sexuais – vergonha, nojo e moral – ainda não foram erguidas ou se acham em construção, segundo a idade da criança².

Nesta definição fica claramente marcada a distinção entre *aptidão como disposição e perversidade polimorfa como efeito da sedução*, questão que, às vezes, é pouco levada em consideração. Diferença pouco levada em conta também quando se confundem condutas que manifestam a existência de correntes perversas da vida psíquica já plasmadas como tais, claramente distinguíveis das chamadas “disposições” que não implicam modalidades fixas de gozo nem de centripetação de toda a vida psíquica ao redor desta fixação.

Diferença inevitável, por outro lado, quando se analisa como fica localizado o sujeito, uma vez constituído, com relação aos modos de gozo que a pulsão parcial, perversa ou acéfala – segundo diversas categorizações - impõe, já que a renúncia ao autoerotismo não é um ato automático resultante do adestramento, mas o efeito de uma renúncia que a criança realiza em relação a um modo já plasmado de obtenção do prazer, renúncia que só pode instaurar-se como efeito do amor ao semelhante.

Os breves elementos descritos realçam duas questões centrais da constituição subjetiva que devem ser recuperadas hoje e submetidas novamente ao debate, no marco dos aportes que a psicanálise pode realizar após um século do artigo *Três ensaios*, sustentando-se em seus enunciados. Por um lado, o sentido estrito, profundo, da concepção da sexualidade infantil entendida, em termos gerais, como a aparição precoce, no ser humano, de formas representacionais que não o reduzem à sua existência biológica mas, pelo contrário, submetem a própria biologia ao campo representacional, campo no qual se articula o sexual como modo de acesso ao prazer não regido por necessidades de sobrevivência, nem individuais nem da espécie.

2 Freud, S (1905) *Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Não se trata, como difundiu certa vulgata psicanalítica, de conceber a sexualidade infantil simplesmente como a translação a um tempo anterior da sexualidade adulta – e isto para além dos modos identificatórios ou narcísicos, infiltrados de fantasmas, com as quais uma menininha de três anos quer se exhibir num biquíni preto para capturar o olhar fascinado com o qual sua mãe é olhada.

Pelo contrário, é a descoberta de que o ser humano, desde suas origens, se vê expropriado da natureza e imerso em um mundo simbólico e de gozo. É este mundo o que dá verdadeiro sentido a si mesmo e ao universo em que sua ação se desenvolve. Isto constitui o ponto fundamental a recuperar em um debate. Este debate tem fins não apenas teóricos, mas também práticos: implica o enfrentamento, em benefício das crianças, dos modos em que uma pediatria, cada vez mais organicista e funcional, tende ao desconhecimento, não só da incidência do psíquico sobre o biológico, mas sim do caráter não redutível à biologia de um corpo que foi capturado pela representação. Esta pediatria encontra sua extensão em uma psiquiatrização dos conflitos e dos sofrimentos dos seres humanos para reduzi-los a um punhado de “humores”, que se pretendem agora cientificamente reformulados sob o circuito neurocientífico que os impulsiona.

O adulto não desempenha um papel menor na desfuncionalização da cria, conforme apontou Freud:

Talvez haja relutância em identificar com o amor sexual os sentimentos de afeição e estima que a criança tem por aqueles que dela cuidam, mas penso que uma investigação psicológica mais precisa poderá estabelecer essa identidade além de qualquer dúvida. Para a criança, o trato com a pessoa que dela cuida é uma fonte contínua de excitação sexual e satisfação das zonas erógenas, ainda mais porque essa – que geralmente é a mãe – dedica-lhe sentimentos que se originam de sua própria vida sexual: acaricia, beija e embala a criança, claramente a toma como substituto de um objeto sexual completo. Provavelmente a mãe se horrorizaria se lhe explicassem que todos os seus carinhos despertam a pulsão sexual do filho e preparam sua posterior intensidade.³

3 Freud, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Vol. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

Da genitalidade do adulto à zona erógena da criança há, não somente uma contiguidade, mas também um salto: o mesmo que postulamos ao falar de sexualidade “em dois tempos”, quando claramente trata-se de dois tempos presentes sincronicamente no ordenamento estrutural que fixa a assimetria adulto-criança. Sem dúvida, Freud não chegou a destacar todo o alcance que esse parágrafo abria para definir de um modo muito mais categórico as origens exógenas da sexualidade infantil, e o caráter desnaturalizante da função materna enquanto implantação libidinal.

Essa passagem, entretanto, não deixou de impregnar todo o texto *Três Ensaíos* como uma proposta em que, coerente com a citação anterior, leva às últimas consequências a desfuncionalização que alcança a articulação com o conhecimento – conhecimento esse concebido não como simples função adaptativa de apropriação de informação, mas como verdadeira constituição de enigmas e resolução de interrogantes que implicam o exercício da imaginação criadora e não só dos “mecanismos” que permitem sua instrumentalização.

O segundo aspecto que gostaríamos de destacar relaciona-se diretamente com a questão moral confrontada pelo polimorfismo perverso. Se o ser humano não é mais um ser da natureza; se sua própria natureza - tomando aqui natureza como aquilo que está em seu próprio núcleo – carrega o selo do “não natural”, quer dizer, do produzido pela cultura; se precocemente é expulso do paraíso e imerso num mundo de gozo, angústias e enigmas que o submetem a uma “pulsão de saber” que não lhe dá sossego, e isso pela intervenção daqueles que estão, justamente, encarregados do cuidado da sua vida... Como colocar freio, reencontrar o sujeito ético que a sexualidade pareceria ter desconstruído?

A criança “perverso polimorfa”, temida pela sociedade vitoriana, tornou-se o homem amoral suportado pelo capitalismo tardio⁴. Nas atas das reuniões da sociedade das quartas-feiras, de 2 de novembro de 1910, Steckel afirmava, referindo-se aos fantasmas infantis:

que podia se compreender a significação desses fantasmas como fantasmas de poder, se completássemos a fórmula freudiana ‘perversão polimorfa’ da criança em outra direção. De fato, a criança é, também, um criminoso universal [!!!]. E não há

4 Nota das tradutoras: A autora se refere ao termo de Ernest Mandel proposto como oposição ao capitalismo pós-industrial.

crime, por mais cruel que seja - incluindo o roubo, o incêndio voluntário, o assassinato, a violação de sepultura, o atentado em massa [afirmação extraordinária]⁵ - que não ocorra na imaginação da criança. Esses fantasmas frequentemente persistem até a maturidade e formam, então, a base do sentimento de culpabilidade criminosa das neuroses.... As crianças - que, como bem sabemos, estão preocupadas com a questão de saber como poderiam eliminar as pessoas que as incomodam - não são apenas perversas, mas também criminosas.

Nesta conceptualização há uma sobreposição entre polimorfismo perverso e perversão, entre prevalência pulsional e extrema amoralidade reunindo a Pedagogia Negra⁶ da época com a descoberta psicanalítica, dando assim uma “fundamentação científica” à crueldade educativa imperante e reduzindo a criança a uma espécie de “selvagemismo” constitucional.

Esta posição encontrará diversos destinos teóricos e práticos ao longo do século XX: Tanto na fundamentação da “imposição de limites”, enquanto psicologização rasa da subordinação à Lei, como na tolerante espera de que o psiquismo regule por si mesmo seus próprios impulsos, e o pequeno selvagem se normalize no âmbito de um processo de subjetivação no qual, a ilusão de um ser sem recalque permita a instalação de defesas “não patológicas” e abra caminho para a sublimação criativa. Neste sentido a psicanálise construiu múltiplas propostas que mais parecem formas de contribuição a uma antropologia, no sentido forte do termo, ou, simplesmente, uma intervenção nas propostas pediátricas ou educativas para a infância.

Conhecemos a proposta que fez toda a psicanálise girar ao redor da culpa originária, não mais como pecado sexual mas como efeito do mito da horda primitiva. É com a introdução do parricídio que se define, em última instância, a antecedência do sujeito ético, em função de uma teoria filogenética que propõe a constituição de uma identificação com o pai, canibalisticamente incorporado no banquete real e simbolicamente adquirido na transmissão transgeracional

O eixo da culpabilidade coloca no centro o dano causado a um terceiro. Não é o incesto o que é ali penalizado, mas sim o assassinato. O sujeito ético não pode emergir de uma modalidade de prática sexual de um tempo histó-

5 Entre colchetes, comentários da autora.

6 Nota do tradutor: Conforme proposta de Katharina Rutchky

rico, mas sim de um imperativo categórico: “Não matarás”, “Não desejarás a mulher do próximo” etc. – o que conduziria a um dano irreparável ao outro.

Entretanto, e apesar das várias revisões realizadas por Freud ao texto *Três ensaios* – um dos mais revisitados ao longo de sua vida –, poderíamos nos perguntar por que ele nunca destituiu o asco, a vergonha e a compaixão da função de principais diques contra as pulsões e de antecedentes sobre os quais o sujeito ético se instala na cultura.

Asco, pudor, compaixão, vergonha, sobre os quais há poucas referências na obra, e que aparecerão como defesas precoces contra as pulsões, antes de que o recalque ocupe o lugar privilegiado que lhe corresponde no sepultamento no inconsciente – não só na contenção – das representações desejantes intoleráveis.

Conhecemos o caráter patológico que implica a ausência desses sentimentos, tornando-se necessária sua análise e diferenciação para localizar o surgimento do sujeito moral na primeira infância.

Se o asco é da ordem do rechaço com concomitantes somáticos – pensemos na náusea que produz aquilo capaz de convocá-lo – não há dúvida de que não está presente desde o início da vida e que requer um movimento, nem que seja mínimo, de diferenciação dentro/fora para que se estabeleça, e a possibilidade de qualificação do rechaçável. O próprio modelo se sustenta sobre o asco produzido pelas fezes uma vez que a sua renúncia tenha sido instalada. De modo tal que o asco seria algo da ordem do prazeroso que se tornou rechaçado – uma espécie de precursor somático do sinistro, do *Umheilich*. Nesse sentido, o asco seria a própria marca do rechaço ao objeto autoerótico uma vez que se renunciou a ele: o peito, o leite materno, as fezes, tudo aquilo que saiu do corpo e se modificou nesta passagem.

Entretanto o pudor não pode subtrair-se do olhar do outro, e assume um caráter mais intersubjetivante. Se Freud coloca o eixo na pulsão escópica, no ver/ser visto, é porque esta constitui o próprio paradigma do modo com o qual se realiza o reconhecimento narcisista no intercâmbio com o outro humano. Tem-se pudor de mostrar-se nu, mas também, e como extensão disto, de mostrar algo que consideramos censurável. A tal ponto que mostrar algo de nós mesmos que nos outorga valor narcisista pode tornar-se impudico caso se converta em exibição, de modo que é o juízo moral sobre o exhibir como complacência narcisista o que obstaculiza o excesso de demonstração.

Se o asco e o pudor são o motor fundamental da renúncia autoerótica, não podemos então desconhecer a função que cumpre o amor do outro nesta capacidade de autodespojo. Renuncia-se às fezes por amor ao objeto, o que constitui um paradigma de toda renúncia àquilo que poderia produzir asco ou rechaço no outro. Por isso a não renúncia autoerótica pode ser considerada o triunfo do gozo

sobre o amor ao objeto, enquanto a força moral só pode extrair-se, não apenas do desejo de satisfazer ao semelhante, mas de não lhe produzir dano algum.

Na mesma direção, a compaixão. Definida por Freud como renúncia ao sadismo pulsional a compaixão, não obstante, assume um caráter mais amplo. Se o transitivismo foi concebido – e com razão – como a forma por meio da qual o movimento posicional que nos coloca em equivalência com o outro gera a paranoia e a agressividade, Lacan com seu texto “*A agressividade em psicanálise*”⁷ o assinala, em termos da cristalização, que determina o despertar do desejo – do sujeito – pelo objeto de desejo do outro⁸. Porém, assim como o transitivismo dá origem à toda tensão narcisista, é também a própria ordem na qual se inscreve uma identificação que possibilita o reconhecimento do sofrimento do outro, e não só como dique ao sadismo, mas como sofrimento pelo sofrimento do outro. Assim uma menina de dois anos e meio, em cuja casa uma amiguinha havia esquecido sua boneca favorita, não conseguia dormir por conta da angústia que lhe produzia pensar no sofrimento da amiga ao descobrir-se privada de um objeto tão valorizado e de reassuramento. Poder-se-ia perfeitamente interpretar esse movimento como “projeção de sua própria carência” ou “culpa pelo prazer obtido ao ficar com o objeto de outro”, mas perderíamos o fundamental: que para que essa projeção se estabeleça é necessário reconhecer-se ontologicamente como parte da espécie e não restringir sua dor ao universo fechado de si mesmo, e para que haja culpa, supondo que esse desejo de apropriação estivesse presente na menina, o fundamental é que não se manifestava como gozo mas como identificação sofrida, e nisto está a base de todo sentimento moral.

Estamos aqui perante o surgimento do sujeito ético anterior ao sepultamento do Édipo, definido no interior da dualidade que leva ao reconhecimento da alteridade, mesmo que não se sustente ainda na triangulação em que se constituem as instâncias ideais. Não é do lado do Ideal do Eu ou da Consciência Moral onde se gera essa primeira eticidade, mas do lado do Eu, no qual o outro fica inscrito como parte e como diferença, vale dizer, como semelhante identitário e também como alteridade.

Que a crueldade – ou a ausência de compaixão, que é em última instância a crueldade muda que o sujeito recebe quando não se lhe reconhece seu sofrimento – seja assinalada por Freud na sua raiz pulsional, não é uma questão a ser ignorada. Na medida em que levarmos em consideração que é da ordem de proveniência do outro adulto o modo pelo qual se instala o sadomasoquismo

7 Écrits, Seuil, p. 101

8 Ibid. p. 113

erógeno, é também da ordem de sua capacidade de amor que se geram as condições para mitigar o sofrimento.

As razões do choro em uma criança não são um elemento menos importante quando se trata de diferenciar alguns elementos estruturais de sua patologia. Que ela só chore porque lhe tiram algo ou não lhe dão aquilo que ela quer, ou porque lhe coloquem um limite ou exerçam algum tipo de proibição, é de uma ordem claramente narcisista, muito diferente do sofrimento que lhe produz assistir Dumbo sofrendo por sua mãe encarcerada, tida como louca, ou Simba cujo pai foi assassinado. Não se trata de opor sujeito-objeto em uma diferenciação simples, mas de encontrar, no interior da tópica, os modos pelos quais o semelhante se inscreve, no reconhecimento de sua existência independente, mas, ao mesmo tempo, significável enquanto reconhecida como plausível de ser própria.

É a vergonha, por outro lado, um sentimento equivalente ao pudor? Na minha opinião, é necessário separá-los, não apenas por razões teóricas, mas também práticas. A existência de nexos muito importantes entre a vergonha e o pudor, e inclusive que o pudor convoca a vergonha ou esta manifesta o pudor, não deve ofuscar o fato de que o pudor sempre implica a presença do outro no horizonte do olhar, enquanto a vergonha pode ser um ato puramente intrapsíquico, de confrontação com o próprio Supereu. Quando Laplanche pergunta, para discutir a ideia da intersubjetividade do sintoma, “mas, por acaso as mocinhas não se ruborizam na escuridão?”, nos permitiria extrair uma conclusão para nosso próprio trabalho: se o corpo deve ser pudicamente escondido do olhar do outro é porque, em nossa cultura, sua exibição é uma convocação sexual e, como tal, impõe a vergonha pelo fantasma que ela convoca. É sem dúvida a isso a que se refere Freud quando diz que o menino pequeno não tem vergonha de exhibir seu corpo⁹, já que as pulsões de exhibir ou a crueldade aparecem com certa independência das zonas erógenas, e apenas mais tarde entram em estreita relação com a vida genital.

Sobre a perversão do autoerotismo: é desde esta perspectiva que deve ser novamente enunciada a questão, não para colocar em primeiro plano a dimensão moral, historicamente transitiva, que legisla sobre a vida sexual dos seres humanos, mas para assinalar que a acefalia da pulsão não pode levar em consideração o outro humano sobre cujo corpo exerce o gozo, assim como dessubjetiviza a quem exerce ações sobre objetos não humanos que ficam investidos com os atributos, o que possibilita a fixação a um modo de descarga, ausente de enlace e impossibilitada de resolução.

9 Freud, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Vol. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

Se o autoerotismo é, em última instância, fratura do enlace entre o objeto de gozo e o objeto do amor – embora persista ainda como paragenitalidade no encontro sexual com o outro humano –, a questão a ser colocada é se ele subordina-se ou não aos requisitos do objeto e aceita os diques que impõem o asco e o pudor do outro perante seu exercício. Daí que a construção do sujeito ético possa ser rastreada mais precocemente do que estamos habituados a conceber a partir da inscrição da culpabilidade edípica como única fonte da moral¹⁰. Isto sob duas premissas: Em primeiro lugar, nada do que estamos propondo tem relação com a sustentação de um estádio pré-edípico no qual o pulsional se instale à margem das condições libidinizantes que se instituem no âmbito da cultura, ou seja, das condições nas quais o encontro com o outro humano possa ser concebido como assimetricamente estabelecido e cativante desde o ponto de vista da parasitação sexual e simbólica.

Em segundo lugar, porque se torna necessário diferenciar estrutura edípica de conflito edípico, e marcar como no outro humano, constitutivo do Eu narcisista, se encontram já as ordens que definem o sujeito, não só como pulsado, mas como convocado à regulação da sexualidade autoerótica. É nessa dupla inserção que se marca desde as origens, onde o autoerotismo encontra uma regulação e, ao mesmo tempo, o espaço de instalação no interior do polimorfismo perverso, de um sujeito ético que se vai articulando desde os próprios começos da vida.

10 O leitor atento deve ter notado que, neste texto, não faço muita diferença entre ética e moral. Isso porque tento manter a proposta freudiana, que oscila entre a constituição de uma ética universal e os modos históricos de constituição da moral sexual.